

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO, REALIZADA NO DIA 8 DE ABRIL DE 2019, NA SALA DE REUNIÕES DO MUNICÍPIO DE LAMEGO

PRESENCAS

O senhor Presidente da Câmara Municipal, Ângelo Manuel Mendes Moura e os senhores Vereadores Ernesto da Silva Rodrigues, António Pinto Carreira, António Manuel Guedes Gomes Alves da Silva, Fernando Silvério Cardoso de Sousa, Ana Catarina Graça da Rocha e José Correia da Silva.

AUSÊNCIAS

Não se verificou nenhuma ausência.

SECRETARIOU

A Técnica Superior do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

ABERTURA (COD. 02)

O senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, às nove horas e trinta minutos, e deu, de imediato, início ao período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores Vereadores.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Nos termos do disposto no artigo 52º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

CÂMARA MUNICIPAL (COD.14)

O senhor **Presidente da Câmara** formulou um voto de congratulação pela aprovação do projeto-lei, que procede à restauração da Casa do Douro, enquanto associação pública de inscrição obrigatória, procede à aprovação dos estatutos da Casa do Douro e determina o regresso à Casa do Douro do imóvel que é a sua sede e propriedade conjunta de todos os vitivinicultores, sito na Rua dos Camilos, Peso da Régua.

Referiu que foi dado um passo extremamente importante, devolvendo ao Douro o seu património, sendo um instrumento essencial para a promoção do seu desenvolvimento, estando agora nas mãos da “Lavoura” dar os passos seguintes e conseguir fazer a afirmação e o desenvolvimento.

Sobre este assunto, o senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** disse que esta legislação peca por tardia. Espera, no entanto, que esta instituição secular sirva os interesses dos agricultores, que melhore a sua qualidade de vida, que promova os produtos e que aumente os preços, pois esse é o principal caminho que têm de trilhar, no sentido de tornar esta região sustentável, saindo todos a ganhar.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** disse que espera que o diploma que foi publicado tenha sido um passo positivo para a Casa do Douro, sendo um assunto que interessa a todos os durienses.

Afirmou que quer acreditar que esta mudança seja feita, no sentido de resolver os problemas dos durienses e, sobretudo, dos agricultores do Douro, receia que isso não seja assim, mas faz votos para que assim seja.

CÂMARA MUNICIPAL (COD.14)

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** registou com agrado o envio dos documentos, no entanto, lembrou ao senhor Presidente que continua sem receber cópia do despacho que permitiu o pagamento de 900.000€ à empresa Transdev, S.A., no ano de 2018, referente aos transportes escolares, que também solicitou.

CÂMARA MUNICIPAL (COD.14)

O senhor **Vereador José Correia da Silva** proferiu as seguintes declarações, que a seguir se transcrevem na íntegra:

“Relatório de atividades e conta de gerência - presença do CDFP e do ROC

Senhor Presidente, o relatório de atividades e as contas têm que ser aprovados neste executivo e remetidos à Assembleia Municipal para serem aprovados até 30 de abril.

Tratando-se de documentos extensos e complexos o executivo precisará de tempo para os analisar, impõe-se que a sua entrega atempada para esse efeito.

Será igualmente necessário que os documentos sejam aqui explicados pelo CDFP, Dr. Nelson Martins e pelo ROC, Dr. José Alberto Lima, o que desde já se requer.

Sem querer antecipar a análise que faremos desses documentos, merece-nos preocupação a situação dos pagamentos ilegais, de cerca de 850.000€, efetuados à Transdev, S.A. após recusa de visto do Tribunal de Contas, bem como a realização de despesas ilegais, no montante de 2.284.993€, relativas ao fornecimento de água e tratamento de saneamento, que foram feitas sem cabimento nem fundos disponíveis e não estão registadas na contabilidade.

Não vislumbro como é que este desvio de mais de 3 milhões de euros possa ser tratado na conta de gerência.

Documentos sobre transportes escolares e outros

Senhor Presidente da Câmara, agradeço os documentos enviados, relativos aos transportes escolares e aos processos da Associação de Freguesias do Sudeste e da Junta de Freguesia de Cepões, embora me pareça desnecessário que documentos tão antigos, tão simples e tão disponíveis nos serviços do município, tenham sido tão difíceis de obter.

Analizados os mesmos, não posso deixar de fazer uma referência à questão colocada pelo Tribunal de Contas sobre os transportes escolares e respondida no ponto 16 do ofício 000.01.09.2626 de 5-12-18, porque a resposta dada pelo senhor Presidente ao Digníssimo Tribunal de Contas não corresponde à verdade. É do conhecimento de todos os membros deste executivo municipal que os transportes realizados no concelho de Lamego respondem ao Plano de Transportes Escolares aprovado neste executivo e que, nas diversas modalidades de financiamento que vigoraram ao longo dos anos, sempre se repetiu e incluiu o pagamento dos passes e uma compensação financeira.

Tal aconteceu no ano letivo de 2017/2018 e no ano letivo de 2018/2019.

Assim, a esta pergunta só se pode dar uma resposta verdadeira: Sim! O objeto do contrato é exatamente o mesmo do submetido ao Tribunal de Contas no ano letivo de 2017/2018, apenas diferindo no preço que é cerca de 108.000 € mais elevado, o que é, com certeza, uma generosidade do senhor Presidente da Câmara com a leal transportadora que também é sempre a mesma, e numa diferente modalidade contratual de pagamento que passa por um "acordo atípico" em vez de um "contrato de atribuição de compensação financeira".

Não podendo pactuar com a falta de verdade perante um órgão de soberania como o Digníssimo Tribunal de Contas, peço que esta declaração fique em ata.

Devendo ser aprovado no executivo municipal, no próximo mês de maio, o plano de transportes escolares para o ano 2019/2020, a iniciar no dia 1 de setembro de 2019, solicito que na apresentação desse plano seja clarificada a forma de pagamento prevista para o mesmo, sem o qual não poderei votar esse documento. Aliás, estando em curso uma pequena revolução no universo dos transportes públicos em Portugal, aguardo com expectativa a definição da rede de transportes públicos no município, a sua forma de financiamento e o lançamento do passe social de preço reduzido à semelhança do que está a acontecer um pouco por todo o país.

Informação financeira de janeiro e fevereiro de 2019

1 – Fundos disponíveis... senhor Presidente, os fundos disponíveis antecipados para o dia 1 de janeiro por autorização deste executivo e correspondentes aos meses de Janeiro a Junho de 2019, no montante de 12.458.159,45€, esgotaram no dia 11 de janeiro de

2019 com o compromisso sequencial n. 2019/71, resultando um saldo de apenas 239,14€.

Desde o dia 11 de janeiro até ao dia 22 de janeiro foram efetuados 104 compromissos com fundos disponíveis negativos em violação de lei dos compromissos e pagamentos em atraso.

No dia 11 de janeiro foi feita a abertura de fundos disponíveis ao abrigo do compromisso 2019/01 e com a designação de “ABERTURA DE FUNDOS DISPONÍVEIS PARA 6 MESES 2019”, no montante de 3.320.600,00 €, passando os fundos disponíveis de - 909.165,00€ (negativo) para 2.411.435,00€ (positivo). Esta operação não se enquadra na autorização de antecipação de fundos disponíveis aprovada, por maioria, neste executivo.

a) solicito cópia do despacho de autorização da antecipação de fundos disponíveis e do cálculo do período abrangido.

Por sua vez, no dia 22 de janeiro de 2019 os fundos disponíveis que eram de - 1.030.542,30€ (negativo) passaram para 7.394.693,84€ (positivo), num passe de mágica injustificado e seguramente ilegal.

b) Solicito justificação legal para o aumento extraordinário e injustificado dos fundos disponíveis, verificado no dia 22 de Janeiro de 2019.

2- Senhor Presidente, solicito cópia do processo de autorização de despesa relativo ao compromisso 2019/200, uma vez que se trata de um tema relacionado com direitos humanos. Espero que o senhor Presidente não se furte a disponibilizar esses documentos, pois não há direito humano mais fundamental do tratar os cidadãos e os eleitos locais com respeito e de acordo com a lei.

3 – Solicito cópia e explicação do CDFP relativamente ao compromisso 2019/399 – CATIVAÇÕES, no montante de 56.366,67€.

4- Solicito cópia do processo de autorização de despesa relativa ao compromisso 2019/335 – contratação em regime de avença.

5- Solicito cópia da fundamentação e despacho de autorização do estorno de compromisso 2019/04 – Águas do Norte, no valor de 63.397,97€. Sr, Presidente, não quero acreditar que ainda não tem o acordo com as águas aprovado e já vai deixar de pagar novamente!

6- Solicito cópia dos processos de contratação de 5 técnicos superiores correspondentes aos compromissos 97, 98, 99, 100 e 107/2019 e do compromisso 2019/92 e do compromisso 2019/101, todos referentes ao programa de promoção do sucesso escolar desenvolvido pela CIM DOURO.

Dívida às Águas do Norte S.A.

Senhor Presidente chamo a atenção para a gravíssima ilegalidade em que se mantém a dívida do município às Águas do Norte e que está espelhada na nota 1) referida na página 2 da informação 274/2019, de 2019-01-17.

O senhor Presidente, com sobrançeria e arrogância, tem ignorado todos os alertas feitos neste Executivo, bem como as recomendações efetuadas pelo CDFP nas suas informações.

Não é possível que o senhor Presidente continue a violar sistemática e reiteradamente a lei dos compromissos e pagamentos em atraso e mantenha em total ilegalidade, sem registo, sem cabimento, sem compromisso, sem requisição externa, uma dívida de 2.284.993€.

Solicitei cópia do processo remetido a visto do Tribunal de Contas e não me foi fornecido esse processo, pelo que irei solicitá-lo ao Tribunal de Contas e alertar para o facto óbvio de não poder ser regularizada por acordo uma dívida ilegal.”

O senhor **Presidente da Câmara** referiu que os procedimentos de gestão financeira não são ilegais ou legais por o senhor Vereador José Correia da Silva assim os qualificar. Disse que os procedimentos que tem vindo a adotar, são os procedimentos legais admissíveis, em face da situação catastrófica, do ponto de vista financeiro a que chegou o Município, até outubro de 2017.

Disse que tem feito uma gestão com o máximo de rigor, transparência e exigência, no entanto, a herança deixada pelo anterior Executivo deixou marcas, e para muitas décadas; quando por ano é necessário cerca de 1 milhão de euros para pagar a dívida do Pavilhão Multiusos, quando o défice que herdou é de 4 milhões de euros, torna necessária uma gestão muito rigorosa e exigente.

Quanto aos documentos, os mesmos irão ser fornecidos aos senhores Vereadores, na medida que vão sendo solicitados.

Em relação à dívida com as Águas do Norte, disse que o procedimento foi remetido ao Tribunal de Contas.

Relativamente à Transdev, afirmou que o valor que o Município pagou no ano escolar de 2017/2018, na sequência dos procedimentos efetuados pelo anterior Executivo, é o mesmo que vai pagar no ano escolar de 2018/2019, apenas com as alterações legais, não tendo havido qualquer acordo atípico com a Transdev; apenas se verificou uma alteração de procedimento, seguindo a sugestão constante do acórdão proferido pelo Tribunal de Contas.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** disse que o seguinte:

“Ata da última reunião

1- O senhor Presidente fala frequentemente – fê-lo na última reunião de câmara - do “défice crónico” de 1.600.000€ e da antecipação de receitas de 2018 para 2017 de 2.240.000€, como sendo responsáveis, para todo o sempre, por um déficit de cerca de 4.000.000€/ano no município de Lamego. O senhor Presidente da Câmara sabe que estes números são falsos e ainda que fossem verdadeiros e o déficit de 2018 fosse de 3.840.000€, ele seria coberto pelo aumento de receita verificada entre 2017 (20.420.186,01€) e de 2018 (24.779.928,65€), o que representa um aumento de 4.360.000€, superior ao déficit que o senhor Presidente diz ter havido em 2017.

Mais uma vez se refere que o problema não de falta de dinheiro, mas de falta de competência para o gerir.

2- O senhor Presidente fala frequentemente – voltou a fazê-lo na última reunião – no déficit de 80 milhões e na dívida de 50 milhões. O senhor Presidente sabe que esses números não são verdadeiros. Não o eram a 23 de outubro de 2017 quando tomou posse; não o eram a 31 de dezembro de 2017 nas contas que o senhor Presidente apresentou a este executivo e aqui forma aprovadas e não o será nas contas que vai apresentar relativas a 31 de Dezembro de 2018, mesmo tendo este executivo acrescentado quase 3 milhões de dívida às Águas do Norte.

O senhor Presidente falta à verdade recorrentemente, perante este Executivo, os Lamecenses e a comunicação Social.”

O senhor **Presidente da Câmara** respondeu que o senhor Vereador José Correia da Silva, enquanto Vice-Presidente da Câmara, conjuntamente com os seus pares de então, foram responsáveis pela situação financeira a que chegou o Município, sendo que posteriormente, não aprovou a Conta de Gerência, respeitante ao período de 1 de janeiro ate 23 de outubro de 2017, sem qualquer justificação minimamente aceitável.

Disse que o senhor Vereador José Correia da Silva sabia da existência de um despacho proferido pelo anterior Presidente da Câmara, datado de agosto de 2017, antecipando receitas no valor de 2.210.000€. Tal como sabia, também, desde 2013, da existência de um saneamento financeiro e um PAEL, o qual nunca foi cumprido.

Referiu que o mesmo acontece à data, uma vez que não existem meios para o fazer, adiantando que terá de haver uma reflexão muito séria, neste órgão Executivo, sobre este assunto, numa das próximas reuniões de Câmara, uma vez que a situação financeira não melhorou.

Relativamente aos números da auditoria efetuada pela KPMG, disse que são os que são, e não foram surpresa, a saber: quase 50 milhões de dívidas e um passivo de 80 milhões.

No que concerne às garantias bancárias do Pavilhão Multiusos, reiterou que as mesmas não foram acionadas e não houve qualquer autorização, por parte do Município, para que fossem canceladas.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** lembrou ao senhor Presidente que votou contra as contas, do período de 1 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** lembrou, também, ao senhor Presidente que aquando da votação da Conta de Gerência, a sua declaração de voto foi muito clara. Disse que votou contra, por uma razão específica, pois entendia que nas contas não deveriam constar as contingências, porque, a seu ver, não fariam parte, caso contrário, não votaria contra as mesmas.

O senhor **Vereador José Correia da Silva**, relativamente às garantias bancárias do Pavilhão Multiusos, disse que não falará mais nesse assunto, até que o mesmo seja presente a reunião para deliberação.

Sobre o passivo/dívida, afirmou que percebe que o senhor Presidente o queira, politicamente, “colar” a esse passivo/dívida, mas lembrou ao senhor Presidente que tal défice não é de três anos, mas sim é um défice alcançado com doze anos de gestão e, como sabe, fez parte de um Executivo em minoria e não foi nesses três anos que esse défice/dívida foi alcançado, sublinhou.

O senhor **Presidente da Câmara** referiu que registou as afirmações do senhor Vereador José Correia da Silva.

ORDEM DO DIA

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE COORDENAÇÃO – CÓD. DAC | 02

• Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais – CÓD. DAC 02| GAOM 01

01-ASSUNTO: ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 1 DE ABRIL DE 2019 (COD. 03)

Presente à reunião, para deliberação, a ata da reunião ordinária da Câmara, realizada no dia 1 de abril de 2019, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido fornecido a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

DIVISÃO DO AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS – CÓD. DASU |05

02-ASSUNTO: PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DA CIRCULAÇÃO DO COMBOIO TURÍSTICO EM LAMEGO (**COD 62**)**REQUERENTE:** CRYSEIA - ANIMAÇÃO TURÍSTICA E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS, LDA.

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 269-A/62/2019 do senhor Vice-Presidente a Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 2173/DASU, de 2 de abril de 2019, que surge no seguimento do pedido da requerente e ao abrigo do Dec. Lei n.º 249/2000 a que se refere o n.º 1 art.14.º, com verificação dos requisitos previstos nas alíneas de a) a c) do n.º1 do art.13.º, propondo ao Executivo que autorize a renovação da circulação do Comboio Turístico, com a matrícula 70-03-SB, pelo período de um ano, à Cryseia - Animação Turística e Organização de Eventos, Lda., nos seguintes circuitos:

Circuito 1- rua Alexandre Herculano, avenida Visconde Guedes Teixeira, largo de Camões, avenida Visconde Guedes Teixeira, avenida 5 de Outubro, avenida Padre Alfredo Pinto Teixeira, rua das Chagas, rua 28 de Maio, avenida 5 de Outubro, praça do Comércio, rua de Almacave, rua Cândido dos Reis, avenida 5 de Outubro, avenida Dr. Alfredo de Sousa, rua Alexandre Herculano, rua Cónego José Pinto Teixeira, Santuário e Caves da Raposeira.

Circuito 2- rua Alexandre Herculano, avenida Visconde Guedes Teixeira, largo de Camões, avenida Visconde Guedes Teixeira, avenida 5 de Outubro, avenida Padre Alfredo Pinto Teixeira, avenida das Acácias, Calçada da Guerra e Serra das Meadas (Parque Biológico).

Circuito 3- rua Alexandre Herculano, avenida Visconde Guedes Teixeira, largo de Camões, avenida Visconde Guedes Teixeira, avenida Dr. Alfredo de Sousa, rua Alexandre Herculano, rua Quinze de Março, rua do Desterro, rua da Calçada e S. Pedro Balsemão.

Mais propõe que, nos dias principais das Festas de Nossa Senhora dos Remédios (dias 6,7, 8 e 9 de setembro) no arruamento de acesso à Nossa Senhora dos Remédios o comboio circule só no sentido ascendente, desde a rua Cónego José Pinto Teixeira até à rua Visconde de Arneirós.

E autorize, ainda, o seguinte horário: para os períodos normais das 08.00h e as 21.00h, e das 00.00h às 24.00h para os períodos especiais, como são as Festas de Nossa Senhora dos Remédios e Semana Santa.

Os preços a praticar são os seguintes: no Circuito 1 de 4.00€ para adultos e de 2.00€ para crianças, no Circuito 2 de 6.00€ para adultos e de 3.00€ para crianças, no Circuito 3 de 5.00€ para adultos e de 2.50€ para crianças.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** lamentou que o Executivo não promova uma contrapartida de uma exploração, por parte de um agente comercial, quando obtém lucro, sobre um equipamento num espaço público.

O senhor **Presidente da Câmara** disse que não chegou ao Município qualquer pedido de nenhuma entidade para exploração deste tipo de circuitos.

Adiantou que, quando solicitado, o explorador tem manifestado disponibilidade para colaborar, nomeadamente para as atividades do domínio da ação social e escolar.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

03-ASSUNTO: LICENÇA PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO “QUEIMA DE JUDAS” E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS (**COD 51**)

REQUERENTE: JUNTA DE FREGUESIA DE LALIM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 281/51/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal que seja concedida a licença para realização de festividade/divertimento público, relativa à realização do evento “Queima de Judas”, que decorrerá no dia 1 de abril de 2018, na freguesia de Lalim, assim como a isenção do pagamento de taxas, inerentes ao evento.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

04-ASSUNTO: PEDIDO DE CORTE DE TRÂNSITO PARA A REALIZAÇÃO DA “QUEIMA DO JUDAS” – LALIM (**COD. 62**)

REQUERENTE: JUNTA DE FREGUESIA DE LALIM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 270/62/2019, do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 2175/DASU, de 02.04.2019, propondo à Câmara Municipal, no uso da competência que lhe confere Art.8º do Decreto-Regulamentar nº 2-A/2005, de 24 de março, que autorize o corte de trânsito e estacionamento, no dia 21 de abril de 2019, das 12h às 20h, na Av. da Igreja e na Rua Cimo de Vila, para a realização da tradicional “Queima do Judas de Lalim”, tendo como alternativas ao trânsito os seguintes arruamentos: Rua Joaquim Pereira Morais, Rua do Eirô, Rua Central e Rua do Picoto.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

05-ASSUNTO: LICENÇA PARA REALIZAÇÃO DO 36º GRANDE PRÉMIO DE ATLETISMO E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS (**COD 62**)

REQUERENTE: ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE AVÕES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 271/51/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal que seja concedida a licença para realização de festividade/divertimento público, relativa à realização do 36º Grande Prémio de Atletismo de Lamego - Avões, que decorrerá no dia 25 de abril de 2019, nas vias da jurisdição do Município de Lamego, Lamego, Avões e Ferreiros de Avões, assim como a isenção do pagamento de taxas inerentes ao referido evento.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

06-ASSUNTO: COMEMORAÇÕES DO 1º MAIO - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS (COD 62)

REQUERENTE: SINDICATO DOS PROFESSORES DA REGIÃO CENTRO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 272/51/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 2162/DASU, de 1/04/2019, propondo à Câmara Municipal o deferimento da pretensão do requerente em que solicitou a isenção do pagamento de taxas, relativas ao evento das Comemorações do 1º de Maio.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

07-ASSUNTO: 5.ª EDIÇÃO DO DOURO GRANFONDO (COD 51)

REQUERENTE: MUNICÍPIO DO PESO DA RÉGUA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 273/51/2019, do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 2088/DAU, de 28/03/2019, propondo à Câmara Municipal, no uso da competência que lhe confere o artigo 8.º do Dec. Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março, que autorize a passagem da prova de ciclismo designada “5.ª Edição do Douro Granfondo”, no Município de Lamego, no dia 05 de maio de 2019.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

08-ASSUNTO: REGIME JURÍDICO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS (COD 51)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 274/51/2019, do senhor Vice-Presidente da Câmara, do seguinte teor:

“Após a entrada em vigor do RJSPTP, existe um regime de exploração a título provisório que permite autorizar a manutenção dos títulos de concessão para exploração de serviço público de transporte de passageiros (carreiras), dentro dos prazos estipulados pela Lei n.º. 52/2015, de 9 de junho.

Isto é feito para aplicação progressiva do regime de abertura à concorrência dos serviços de transportes garantindo a estabilidade do sistema de transportes sem colocar em causa a mobilidade das populações e aplica-se a títulos de concessão para exploração de serviço público de transporte de passageiros (carreiras) atribuídos, de forma não concorrencial, ao abrigo do Regulamento dos Transportes em Automóveis. De forma sucinta as autorizações provisórias devem:

- 1. Definir os direitos e deveres do operador de serviço;*
- 2. Conter a indicação dos itinerários, paragens, horários, tarifários e sistema de cobrança inerentes ao serviço autorizado;*
- 3. Dar indicação sobre cada uma das linhas ou sobre conjuntos de linhas ou redes de serviços de transportes rodoviários que são abrangidos;*
- 4. Fornecer a indicação do prazo de vigência.*

A emissão das autorizações provisórias da autoridade de transportes de Lamego deve ser efetuada às linhas municipais. As restantes autorizações provisórias (intermunicipais e interregionais) devem ser feitas em conjunto com a CIM do Douro e as restantes CIM vizinhas por onde passam linhas inter-regionais com origem ou destino em Lamego.

Assim, propõe-se à Câmara Municipal a aprovação das minutas das autorizações provisórias das 18 linhas municipais, das quais 6 são urbanas a que corresponde as linhas do Verdinho, nos termos do disposto no artigo 10º da Lei nº. 52/2015, de 9 de junho.”

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** questionou quando pretende colocar termo a este assunto e cumprir a lei, no sentido de se fazer um concurso público para esta prestação de serviços, acompanhado de eventuais cálculos de compensações, relativamente aos passes sociais.

Referiu que esta proposta engloba o Verdinho e as carreiras de transportes públicos com os circuitos especiais, correspondentes aos transportes escolares, sendo certo que o Verdinho, a seu ver, é uma contratação à parte e não tem nada a ver com a conceção que a empresa teve até há pouco tempo, gostaria de ser esclarecido sobre esta situação.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** disse que, analisando a proposta e os documentos anexos, não encontra os dados constantes na mesma, ou seja, não tem os elementos que são definidos na proposta, pelo que, para poder deliberar este assunto em consciência, gostaria de ser esclarecido.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** disse que não votará favoravelmente a proposta tal como está apresentada, uma vez que não constam da mesma os elementos tais como: indicação dos itinerários de cada circuito, os horários a praticar, números e

locais das paragens autorizadas, tarifário aplicado com os novos passes sociais, se for o caso e sistema de cobrança.

Também não consta da proposta, informação acerca das carreiras, com ligação e a dependência que têm, no âmbito das várias CIM's, e que são regidas por estes transportes da Transdev, tal como não tem informação sobre as linhas do expresso e a Central de Camionagem.

Reiterou que, com esta falta de informação votará contra esta proposta.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** afirmou que, em primeiro lugar é preciso saber o que está em causa e que é apenas a aprovação das minutas das autorizações provisórias, a serem emitidas pela autoridade municipal de transportes.

Em segundo lugar, disse que é preciso perceber o que é o novo Regime Jurídico de Transportes Públicos de Passageiros, que implica que, até 3 de dezembro de 2019, esteja concluído o processo dos novos circuitos de transportes públicos de Passageiros, que incluem não só estas linhas, mas todas aquelas que ficaram sobre a alçada da autoridade municipal de transportes.

Em maio, foi aprovado neste Executivo, o pré-ânúncio de concurso público, com vista à adjudicação das linhas de transportes públicos, a vigorar a partir do dia 3 de dezembro de 2019, limite legal dado pelo Governo, para implementação das novas linhas e das novas competências no âmbito da autoridade municipal de transportes, sendo que até essa data teriam de ser emitidas as autorizações provisórias, seguindo as linhas que já existem e estão concessionadas pelo IMT, sendo que essas linhas estão concessionadas à Transdev. Portanto, permitiu que as autoridades municipais de transportes, não tendo lançado concursos para as novas concessões, renovassem, até ao limite de 3 de dezembro de 2019, as linhas que já existiam no passado, sendo apenas isso que está aqui em causa.

Quanto às linhas transmunicipais, esclareceu que não estão aqui contempladas, uma vez que são da competência das CIM's, tal como acontece com as linhas transregionais.

Disse que existirá alguma confusão entre o que se está a propor nesta proposta, tratando-se apenas de minutas de linhas existentes e registadas oficialmente no sistema SIGGESC, pelo IMT, e aquilo que se pretende que seja implementado, quando no pleno direito Lamego for autoridade municipal de transportes, que será a partir do dia 3 de dezembro de 2019, adiantando que, atempadamente, virá à reunião de Câmara a abertura de concurso de concessão.

O senhor **Presidente da Câmara** referiu que é um processo que está a iniciar, comum a todos os municípios. Disse que, com a aprovação desta proposta, irá ser dado mais um passo em todo este procedimento, sendo este apenas um passo instrumental.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** disse que tem ainda algumas dúvidas sobre esta matéria, desde logo não entende porque está aqui contemplado o Verdinho, quando o mesmo não faz parte da concessão da Transdev. Se já foi aprovado o caderno de encargos, porque razão ainda não foi feito concurso público, lembrando que o mesmo já não estará de acordo com a legislação em vigor.

Disse que parece haver um objetivo em manter estas linhas, numa técnica de insistência para colocar o Município de Lamego numa situação de facto consumado, o que não lhe parece correto.

Referiu que também não lhe parece muito ajustado estar a aprovar todas as minutas dos circuitos e das carreiras, quando o que seria mais correto era fazer uma diferenciação entre as linhas que são da competência das CIM's e as linhas que são da competência do Município de Lamego, sendo que, o que for da nossa competência deverá haver um concurso público para atribuição dessas linhas, devendo estar prevista a divisão em lotes.

Concluiu que este assunto não está devidamente esclarecido, sugerindo que o mesmo fosse melhor analisado.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** reiterou que a proposta não está devidamente fundamentada e esclarecedora, pelo que, a manter-se tal como está, não votará favoravelmente este assunto.

O senhor **Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa** disse que o preocupa o facto de não existir concurso público, receando que o Tribunal de Contas venha a colocar em causa este procedimento, tal como já o fez em situações idênticas.

De seguida, afirmou que a proposta de prorrogar esta exploração, a título provisório, não está devidamente fundamentada, tal como impõem o artigo 10º da Lei n.º 52/2015, pelo que sugeriu que a mesma fosse melhor fundamentada, para poder votar esta matéria tão sensível de uma forma esclarecida e consistente.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** disse que concorda com a maioria das afirmações proferidas pelo Vereador Ernesto da Silva Rodrigues, quando referiu que é necessário um concurso, é necessário que o Verdinho faça parte da concessão e é necessário abrir um concurso público e que seja separado em lotes, para permitir o aumento da concorrência.

Reiterou que a proposta é no sentido de aprovar apenas as minutas provisórias, até ao dia 3 de dezembro de 2019, sendo uma formalidade que é necessário cumprir.

Reafirmou que todos os dados necessários estão devidamente explanados nos anexos à proposta.

O senhor **Presidente da Câmara** referiu que, atentas as posições manifestadas pelos senhores Vereadores e a necessidade de reflexão fundamentada, o assunto voltará a discussão na próxima reunião.

Deliberação: Transita para a próxima reunião.

• **Gabinete das Atividades Económicas e Turismo – CÓD. AO 01 | GAET 04**

09-ASSUNTO: PEDIDO DE LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE DIRECIONAL (**COD 53**)

REQUERENTE: BEST OF DOURO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 275/53/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, propondo à Câmara que aprecie e delibere sobre o pedido da requerente, no qual veio solicitar o licenciamento de placa publicitária para divulgação7sinalética da Quinta da Portela – Adega Museu – Wine Cellar Museum, pelo período de um ano, renovável. O valor das taxas a pagar pela requerente é de 50,00€/ano.

Deliberação: Retirado da ordem de trabalhos.

DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO - CÓD. DOU |05

Obras Particulares e Loteamentos – CÓD. DOU 06 | OPL 01

10-ASSUNTO: RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UM EDIFÍCIO DESTINADO A SALÃO PAROQUIAL - PROC. 553/17 (**COD. 42**)

REQUERENTE: FREGUESIA DE FERREIROS DE AVÕES

LOCAL DA OBRA: SERRALHEIRO – FERREIROS DE AVÕES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 276/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 711/DOU, de 25/03/2019 e do parecer do Chefe da DOU, de 28/03/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere a aprovação do projeto de arquitetura, referenciado em epígrafe, com os condicionalismos referidos.

Propõe, ainda, que se notifique o requerente, da referida informação técnica.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

11-ASSUNTO: LEGALIZAÇÃO DE UM ARMAZÉM DE FRUTAS - PROC. 502/17 (**COD. 42**)

REQUERENTE: MARIA JOSÉ MATOS, UNIPessoal, LDA.

LOCAL DA OBRA: LUGAR DO VALE – FERREIRIM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 277/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 112/DOU, de 11/01/2019 e do parecer do Chefe da DOU, de 29/03/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere a aprovação do projeto de arquitetura, referenciado em epígrafe, com os condicionalismos referidos.

Propõe, ainda, que se notifique a requerente, da referida informação técnica.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

12-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UM EDIFÍCIO COMERCIAL - PROC. 577/18 (COD. 42)

REQUERENTE: LAMEGUIMO – GESTAO E ADMINISTRAÇÃO DE BENS, S.A.

LOCAL DA OBRA: QUINTA DOS PRADOS DE BAIXO, RINA – LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 278/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 771/DOU, de 29/03/2019 e do parecer do Chefe da DOU, de 02/04/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere a aprovação do projeto de arquitetura, referenciado em epígrafe, com os condicionalismos referidos.

Propõe, ainda, que se notifique a requerente, da referida informação técnica.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

13-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UNS ARRUMOS AGRÍCOLAS - PROC. 613/18 (COD. 42)

REQUERENTE: ANTÓNIO ARMÉNIO MORGADO PEREIRA

LOCAL DA OBRA: LUGAR DO BAIRRAL – BRITIANDE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 279/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 793/DOU, de 02/04/2019 e do parecer do Chefe da DOU, de 02/04/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere a aprovação do projeto de arquitetura, referenciado em epígrafe, com os condicionalismos referidos.

Propõe, ainda, que se notifique a requerente, da referida informação técnica.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

14-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO – PROC. 693/14 (**COD. 42**)

REQUERENTE: JOAQUIM LUÍS DE OLIVEIRA PINHEIRO

LOCAL DA OBRA: LUGAR DA MOREIRINHA – LALIM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 280/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada do parecer da técnica superior, em substituição do Chefe da DOU, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 5 artigo 58.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere o deferimento do pedido de prorrogação do prazo da licença de construção n.º 34/17, por doze meses.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL E CULTURA – CÓD. DEASC | 04

15-ASSUNTO: MINUTA DO PROTOCOLO A CELEBRAR COM A FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE FUTEBOL, ASSOCIAÇÃO DE FUTEBOL DE VISEU E A ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE JORGE CARIDE (**COD. 52-A**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 282/52-A/2019 da senhora Vereadora da Educação, Ação Social, Cultura e Desporto, que nesta ata se dá por integralmente reproduzida e dela faz parte integrante, propondo à Câmara Municipal a aprovação da minuta do protocolo a celebrar com a Federação Portuguesa de Futebol, Associação de Futebol de Viseu e a Associação dos Amigos de Jorge Caride, no sentido deste última organizar as provas e atividades desportivas, nos moldes pretendidos e respeitando o enquadramento legal.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

Ausente, neste ponto, o senhor Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa, por impedimento legal.

16-ASSUNTO: XVI TORNEIO DE FUTSAL “JORGE CARIDE” – ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS (**COD. 52-A**)

REQUERENTE: ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE JORGE CARIDE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 283/51/2019 da senhora Vereadora da Educação, Ação Social, Cultura e Desporto, do seguinte teor:

“A Associação dos Amigos de Jorge Caride fundada em 28 de abril de 2004, por um grupo de amigos do malogrado Jorge Caride, a qual desenvolve diversas ações e dinâmicas, nomeadamente: atividades recreativas e de solidariedade social; Projeto Tampinhas (que iniciou no ano de 2007) - reverter as tampinhas em material ortopédico,

para os mais carenciados; efetua a entrega de cabazes de bens alimentares e organiza o torneio de Futsal de homenagem a Jorge Caride;

Deste modo pretende organizar no dia 1 de junho de 2019, o XVI Torneio de Futsal “Jorge Caride”.

Para o efeito solicitou a cedência do Centro Multiusos de Lamego que, de acordo com a tabela do regulamento em vigor tem um custo de 650€, preço demasiado oneroso para ser suportado pela associação.

Considerando que este torneio tem como objetivo principal a angariação de verbas para a aquisição e oferta de material a instituições ou pessoas com graves carências e necessidades e o cariz social do mesmo, a Associação dos Amigos de Jorge Caride veio solicitar a isenção das taxas a aplicar, ao abrigo do n.1, alínea e) do artigo 3º.

Deste modo, propomos a cedência contratada nos termos da minuta que se anexa, através da aplicação do valor de 10% do orçamento (65 euros).”

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, conforme proposto.

Ausente, neste ponto, o senhor Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa, por impedimento legal.

17-ASSUNTO: MINUTA DOS PROTOCOLOS A CELEBRAR COM AS ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS (COD 52-A)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 196/52-/2019 da senhora Vereadora da Educação, Ação Social, Cultura, Desporto e Turismo, propondo à Câmara Municipal que sejam aprovadas as minutas dos protocolos a celebrar com as Associações Desportivas, de acordo com informação n.º 1730/DEASC, de 14 de março de 2019, cujo valor global totaliza 182.050,00€.

O senhor **Presidente da Câmara** complementou a proposta de deliberação aditando o seguinte teor: *“Tendo em conta os considerandos ínsitos na proposta, bem como o facto do cabimento financeiro em causa estar condicionado à existência de fundos disponíveis, o que não se verifica na presente data, sendo que não devem ocorrer situações de assunção de compromissos que excedam os fundos disponíveis, proponho à Câmara Municipal a aprovação da minuta que permita a celebração, no imediato, de protocolos até 1/3 do montante global proposto.”*

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta, tendo em conta o aditamento à mesma, complementado pelo senhor Presidente da Câmara.

18-ASSUNTO: MINUTA DOS PROTOCOLOS A CELEBRAR COM AS ASSOCIAÇÕES CULTURAIS (COD 52-A)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 197/52-A/2018 da senhora Vereadora da Educação, Ação Social, Cultura, Desporto e Turismo, propondo à Câmara Municipal que sejam aprovadas as minutas dos protocolos a celebrar com as Associações Culturais, de acordo com informação n.º 1731/DEASC, de 14 de março de 2019, cujo valor global totaliza 130.900,00€.

O senhor **Presidente da Câmara** complementou a proposta de deliberação aditando o seguinte teor: *“Tendo em conta os considerandos ínsitos na proposta, bem como o facto do cabimento financeiro em causa estar condicionado à existência de fundos disponíveis, o que não se verifica na presente data, sendo que não devem ocorrer situações de assunção de compromissos que excedam os fundos disponíveis, proponho à Câmara Municipal a aprovação da minuta que permita a celebração, no imediato, de protocolos até 1/3 do montante global proposto.”*

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta, tendo em conta o aditamento à mesma, complementado pelo senhor Presidente da Câmara.

DIVISÃO DE FINANÇAS E PATRIMÓNIO – CÓD. DFP | 03

19-ASSUNTO: FINANÇAS (COD. 27)

O senhor Presidente da Câmara deu conhecimento ao Executivo da informação financeira, referente ao mês de janeiro de 2019, tendo sido solicitada a presença do senhor Chefe da DFP, Dr. Nelson Vale Martins, para prestar eventuais esclarecimentos aos senhores Vereadores.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** afirmou que irá pronunciar-se sobre este assunto, numa das próximas reuniões de Câmara.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** começou por dizer que tendo conhecimento das informações financeiras, relativas aos meses de janeiro e fevereiro de 2019, estaria muito preocupado se exercesse o cargo de Presidente da Câmara. Porém, na qualidade de Vereador não executivo está, efetivamente, muito preocupado, com a situação financeira do Município de Lamego que as informações em causa revelam.

Sublinhou que não vê da parte do Executivo em funções, qualquer medida ou conduta que se traduza numa efetiva redução de despesas, ou na adoção de qualquer decisão que se destine a estancar as despesas correntes, apenas ouve dizer que o atual executivo só herdou dívidas. No entanto, quem está em funções tem o dever, perante os munícipes, de resolver os problemas que se lhe deparem, não lhe sendo lícito refugiar-se no passado e tal servir de fundamento a omissões de aplicar medidas, com vista ao equilíbrio financeiro.

Afirmou que é preciso passar das palavras aos atos, ou seja, a seu ver, é necessário avaliar as despesas que estão a ser feitas com a realização de atividades cujo resultado importará verificar. Sem pretender indicar os cortes a fazer, entende que há despesas que devem ser equacionadas em termos de despesa/resultado. Se necessário deve ser revisto o programa cultural do Teatro Ribeiro Conceição, o projeto ao combate ao insucesso escolar, a contratação de segurança privada, as avenças que foram celebradas para o turismo, a contratação com o Grupo de Teatro Filandorra, a adesão do Município de Lamego à Associação da Rota EN2. Pode ser pouco, mas deste pouco pode resultar um melhor equilíbrio das contas, frisou.

Disse que, por agora, não lhe foi informado o benefício para os lamecenses destas despesas e quais as consequências que poderiam advir para todos, se as mesmas não fossem realizadas. Afirmou que é tempo de o Executivo em funções fazer esse trabalho e dá-lo a conhecer a todos, propondo medidas destinadas a esse objetivo, discuti-las e executá-las, devendo todos assumir um compromisso a bem de Lamego e dos lamecenses.

Realçou que não vale a pena o senhor Presidente da Câmara, continuar a lamentar-se, constantemente, de uma dívida deixada pela construção do Pavilhão Multiusos, tem de haver, isso sim, uma vontade firme em reduzir despesas. Afirmou que o senhor Presidente da Câmara ao antecipar os fundos disponíveis até ao final do ano de 2019 praticou o mesmo ato que tanto critica ao anterior executivo. Na verdade, os compromissos referentes ao mês de janeiro de 2019, esgotam a quase totalidade dos fundos disponíveis para o ano de 2019. Explicou que se se avaliar os compromissos para 2019, constata-se que, cerca de 250 se referem a requisições de 2018 e que transitaram para 2019, totalizando a quantia global de €. 2.500,00,00, sensivelmente o mesmo valor que o senhor Presidente refere como sendo o valor que for antecipado em agosto de 2017, por conta do ano de 2018. Ou seja, nada mudou e o que se critica serve de exemplo para fazer igual, sublinhou.

De seguida, reportou-se a uma requisição transitada de 2018, questionando o senhor **Chefe da DFP** se esta se trata de uma requisição externa, ao que respondeu afirmativamente.

De seguida, disse que gostaria de ter acesso a um qualquer procedimento de despesa, podendo ser a requisição n.º 2074/2018. Tendo questionado o senhor **Chefe da DFP** se esta requisição externa foi efetuada sem compromisso, o mesmo respondeu que não necessariamente, tratando-se de uma requisição que transitou do ano de 2018 e para a qual não havia compromisso em 2018.

O senhor **Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa** disse que comunga das preocupações manifestadas pelo senhor Vereador António Pinto Carreira. Sugeriu, por isso, que se encontrasse medidas de contenção da despesa e aumento significativo de receitas, tal como é referido pelo próprio Chefe da DFP.

Disse que a situação financeira atual preocupa a todos, bem sabe, que não será uma tarefa fácil, mas terão de se encontrar soluções para atenuar a atual situação e começar a inverter esta tendência, diminuindo a despesa e arrecadar a maior receita possível, para fazer face ao desequilíbrio orçamental que se avizinha.

O senhor **Presidente da Câmara** afirmou que subscreve em parte as declarações do Vereador António Pinto Carreira, concretamente no que se refere à necessidade de implementar medidas capazes de minorar e estancar despesas.

Relativamente à informação prestada pelo Chefe da DFP, reiterou o que já tinha proferido anteriormente, ou seja, que terá de haver uma discussão, por parte de todo o Executivo, assumindo um procedimento diferente, quer do lado da despesa, quer do lado da receita, sendo que a mesma terá de ser feita despida dos “calores” político-partidários, para bem do Município.

Lembrou que, considerando o desequilíbrio orçamental que se regista há muitos anos, e não só do último mandato, tal não é suscetível de ser corrigido, no médio, nem no longo prazo; tal só será possível só com a adoção de medidas de grande contenção e com a revisão do plano de ajustamento financeiro, tal como aconselha o Chefe da DFP, de modo a fazer o que não foi feito desde 2013, até à data.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** reiterou a sua preocupação para com a situação financeira do município, salientando que as receitas poderiam ser muito superiores, caso o senhor Presidente da Câmara não tivesse baixado as taxas do IMI e do IRS, devido a promessas eleitorais, o que considera um erro.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** questionou o senhor Presidente como é que vão os Vereadores, em regime de não permanência, cortar despesas, quando é o senhor Presidente da Câmara que as realiza, pelo que afirmou que não entende este pedido do senhor Presidente.

O senhor **Presidente da Câmara** reiterou o pedido de envolvimento de todos os senhores Vereadores, para uma tomada de decisão, no sentido de aprofundar o caminho para o equilíbrio financeiro do Município de Lamego, que está muito longe de ser alcançado.

Sublinhou a importância da celebração das avenças para o turismo, porquanto são valores que estão a ser pagos a pessoas que mantêm abertos espaços municipais, que de outra maneira estariam encerrados. Disse que, do mesmo modo, é importante o

Presidente

Secretária

projeto Lamego Educa, com apoio comunitário de 85%, sendo algo que está a ir de encontro aos anseios da comunidade escolar.

Quanto à redução das taxas de IMI e IRS, disse que foi o mesmo decorreu do cumprimento de um compromisso eleitoral, sendo certo que, atenta a situação financeira do Município, tal medida terá de ser revista. Ao mesmo tempo, reforçou a necessidade de contenção de realização de despesas.

Deliberação: O Executivo tomou conhecimento.

20-ASSUNTO: FINANÇAS (COD. 27)

O senhor Presidente da Câmara deu conhecimento ao Executivo da informação financeira, referente ao mês de fevereiro de 2019, tendo sido prestados os devidos esclarecimentos, solicitados pelos senhores Vereadores, no ponto anterior.

Deliberação: O Executivo tomou conhecimento.

21-ASSUNTO: MINUTA (COD 03)

Proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal, para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

22-ASSUNTO: TERMO (COD 60)

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, às doze horas e quinze minutos, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pela Técnica Superior do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

O Presidente,

A Secretária